Conjuntura

O Brasil começou o ano de 2014 com a juventude mobilizada. Se as vozes das ruas, fruto do processo de transformação pelo qual o país passou nos últimos anos, pedem mais avanços nos serviços e políticas públicas, os governos e parlamentos de todos os entes federativos tem apresentado respostas ainda limitadas às demandas de uma geração cada vez mais exigente com seu presente e futuro.

Cabe neste momento refletir sobre as contradições que permanecem no projeto em curso em nosso país. De um lado, os movimentos sociais de todo o mundo reuniram-se no Fórum Social Temático de Porto Alegre para debater e organizar a luta por mais avanços em nosso país. Do outro, a presidenta Dilma, em seu discurso no Fórum de Davos, reafirmou um compromisso conservador com o mercado financeiro mantendo o pacto que, só na última semana, sangrou 44 bilhões do orçamento federal para o pagamento de juros da dívida pública.

Enxergamos com preocupação a retomada do aumento da taxa básica de juros, mais uma vez ratificado nas últimas reuniões do COPOM. É preciso romper com a lógica da política econômica, apoiada no tripé de juros altos - cambio flutuante - superávit primário, numa falsa lógica de perseguição de metas inflacionárias que só interessa ao mercado. Para nós, a inflação se combate com mais desenvolvimento, com criação de emprego e distribuição de renda que valorize os e as trabalhadoras a fim de iniciar um ciclo virtuoso de crescimento econômico que se volte exclusivamente para o desenvolvimento social e humano do nosso país.

Uma coisa é certa: 2014 será um ano de muitas lutas. Neste sentido, é preciso que a juventude fique atenta aos movimentos de manipulação que os setores conservadores tentam impor às mobilizações de ruas. Na medida em que estes acumulam inúmeras derrotas nas urnas, sem a capacidade de convencer o povo com seu programa mais neoliberal, patriarcal e racista, a única alternativa é, de diversas maneiras, tentar desestabilizar o governo através de um discurso midiático exaustivamente reproduzido pelos grandes oligopólios de imprensa, que empenham-se em imprimir um clima de caos e desgoverno em nosso país.

Hoje, os grandes veículos de comunicação estão a serviço dos interesses de setores conservadores. Há um claro empenho em desqualificar a política, com um amplo apelo midiático, que visa acima tudo negar a participação popular como instrumento de transformação da sociedade. O oligopólio da informação pauta cada vez mais o poder judiciário, pressionando para que este atue firme na garantia de seus interesses, desrespeitando os princípios de ampla defesa e do contraditório, principalmente a quem se organiza politicamente no Brasil, haja vista a sua atuação na Ação Penal 470 e no caso das manifestações no Rio de Janeiro, criminalizando manifestantes e lideranças de partidos de esquerda, buscando imputar-lhes culpa até mesmo no caso da trágica morte do cinegrafista Santiago Andrade. Os meios de comunicação deveriam se reservar ao seu dever de informar, ampliando o debate ao contraditório e não condenar sumariamente a quem lhe interessa.

Episódio simbólico é a cobertura tendensiosa da imprensa sobre o caso do propinoduto tucano em São Paulo, provavelmente o maior escândalo de corrupção da história do país que tem sustentado os governos tucanos no estado. Outra demonstração de abordagem seletiva dos acontecimentos é aquela dada ao Programa Mais Médicos, que desconsidera a realidade de centenas de cidades sem assistência médica no país e um modelo avançado de estruturar a rede e o atendimento de saúde pelo fortalecimento da rede de atenção básica com foco em programas da saúde da família, e não pela lógica hospitalocentrica. Os meios de comunicação tiveram uma posição clara em oposição ao programa, propagando a desinformação, mentiras e preoconceitos contra os médicos estrangeiros que vieram ao Brasil.

Estranha-se, também, a cobertura midiática das manifestações intituladas como “#naovaitercopa” que, apesar de agregar uma parcela de jovens progressistas que querem disputar o legado do evento, pode ser utilizada por setores conservadores por não definir uma pauta específica em suas reivindicações. Prova disso, essas mobilizações tem amplo espaço garantido nos jornais que transmitem de forma tendensiosa os protestos “dizendo a hora, o local e razão”. Reservam para suas manchetes um clima de instabilidade aliado à crítica da insuficiência e incapacidade do Estado em conduzir o desenvolvimento do nosso país, numa clara disputa ideológica em torno dos rumos do projeto em curso no Brasil.

A realização da Copa do Mundo no Brasil é consequência do reposicionamento do nosso país no cenário internacional, afastando a tese – que por anos foi corrente – que nos colocava como subalternos e incapazes de protagonizar eventos dessa magnitude. Compreendemos que esse contexto é um importante momento de entrave entre os projetos de nação. Nesse sentido, é necessário disputar o legado popular, com muita mobilização e luta, ante as contradições que este evento traz. Primeiro, é preciso reafirmar a nossa soberania em relação aos interesses da FIFA, que desconsidera as culturas regionais para impor uma padronização eurocentrista. A nossa Copa tem que apresentar ao mundo o que de melhor tem o nosso país: que é a riqueza do nosso povo, expressa pela grande diversidade de uma nação com proporções continentais.

As obras de mobilidade urbana – que tiram do papel projetos paralisados por anos – não podem ocasionar em remoções autoritárias, que configuram muitas vezes a perspectiva racista sobre a organização do meio ambiente, e traumáticas que não garantem os direitos da população. Ainda há em curso o problema da elitização do futebol, que patrocinado pela FIFA e empresários, colocam nosso esporte nacional como mercadoria, encarecendo o preço dos ingressos com a finalidade de excluir uma grande parcela de brasileiros e brasileiras. A reforma dos aparelhos esportivos devem servir aos interesses do povo e não aos lucros de pequenos segmentos. Contra a mercantilização do futebol, essa luta nos une!

Do mesmo modo, é preciso desmistificar o uso dos recursos públicos na construção dos estádios da Copa, uma vez que não há investimento direto do governo federal em suas construções. As informações distorcidas omitem que o problema mais grave na distribuição dos recursos orçamentários do país está presente na política econômica que destina quase metade do orçamento federal para o setor rentista – estes, sim, recursos desviados das áreas sociais e estatégicas para o nosso país.

Neste ano, o Brasil ficará frente aos holofotes do mundo com bilhões de espectadores. É necessário aproveitar este momento mobilizando a juventude para ocupar as ruas com uma pauta nítida: mais avanços e reformas estruturais.

Por conta disso, nos unimos em torno da proposta dos movimentos sociais – que vai ao encontro de anseios das juventudes que foram às ruas em junho de 2013 – lançando uma importante iniciativa para incentivar o debate em torno da reforma política. Com a construção do Plebiscito Popular pela Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político é possível levar aos estudantes a discussão em torno da nossa democracia e a nítida crise de representatividade que há no Congresso, a fim de que as desigualdades ocasionadas nas disputas eleitorais sejam sanadas para que o sistema político brasileiro seja mais representativo, contemplando as demandas das mulheres, das juventudes e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Acreditamos que é esse o protagonismo que deve ter a Articulação de Lutas da Juventude numa iniciativa de unidade dos movimentos sociais brasileiros com a finalidade de exigir, para além da reforma política, as demais reformas estruturantes como a reforma dos meios de comunicação, a reforma agrária popular, a reforma tributária, que possibilite a mudança de concepção de nossa sociedade garantindo a cidadania plena LGBT, a emancipação das mulheres, dos negros e negras, dos e das trabalhadoras como centro do projeto de desenvolvimento do país.

No ano em que o Brasil “descomemora” os 50 anos do golpe militar é necessário reafirmar a nossa democracia. As propostas de leis que visam restringir direitos de manifestação – classificando de forma genérica quem se manifesta como “terrorista” – precisam ser repudiadas e denunciadas. Bem como as tentativas de desqualificar a política colocando-a como sinônimo de corrupção todos os partidos políticos e organizações de classe. Neste sentido, acompanhamos com preocupação a movimentação do Min. Da Justiça José Eduardo Cardozo, que apresentou ao governo um projeto de lei que, embora seja mais brando que a Lei Antiterror, também caminha na perspectiva de criminalizar os movimentos de rua.

Nossa resposta aos desafios elencados será muita luta e mobilização. Nos encontramos nas ruas e salas de aula de todo país honrando o compromisso da UNE com a democracia e lutando pelas reformas estruturantes que o Brasil tanto necessita. Na semana em que se completa 40 anos do “desaparacimento” do estudante Fernando Santa Cruz, que deu sua vida na luta contra a ditadura militar, a UNE reafirma mais uma vez seu compromisso com um Brasil justo e soberano. Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!